CARTA DO COLETIVO DE MOBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES DO INCRA, MDA E SPU PELA REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS

Campo Grande (MS), 29 de janeiro de 2024.

Recebi em 29.01.2024

Senhora Cida Gonçalves
Ministra de Estado das Mulheres

O novo governo, eleito para conduzir os destinos do país, a partir de 2023, estabeleceu para si, em conjunto com as forças políticas que o conduziu ao poder, a tarefa de unir e reconstruir a nação para cumprir a missão constitucional de superar as desigualdades sociais, econômicas e políticas para desenvolver verdadeiramente a sociedade brasileira. Dentre todas as áreas fragilizadas pela condução política anterior, como as políticas voltadas para as mulheres, para as questões ambientais, dos povos originários, da ciência, da saúde, dentre outras, pode-se destacar também, com grandes letras, a Questão Agrária e a retomada da Reforma Agrária.

A condução da Questão Agrária pela gestão anterior, foi marcada pela cessação da política de assentamento, notadamente, por decisão institucional. Some-se a essa orientação, a destacada subtração orçamentária, à qual foram submetidos os recursos destinados ao INCRA, para a execução das políticas de reforma agrária. Ainda, o tom político imposto à gestão, não possibilitava o diálogo franco com os movimentos de trabalhadores, sejam eles reinvindicatórios de natureza externa ou interna. Assim, os Movimentos Sociais e Sindicais foram alijados do diálogo para facilitar a perpetração dos retrocessos. Entretanto, resistimos e sobrevivemos como forças vivas da sociedade brasileira.

Com o retorno ao poder, por vias democráticas, de um governo com viés popular, retomam-se agendas antes desconsideradas. Os diálogos com os movimentos de trabalhadores são pautados. Criam-se instâncias de negociação: mesas de negociação geral e setoriais, visando pactuar a recuperação salarial e também a reestruturação de carreiras, cujas atuações foram reprimidas por interesse ideológico, ou submetidas a uma injustiça remuneratória, que não pode passar desapercebida ou simplesmente ser desconsiderada. Alguns primeiros passos foram dados, e destacamos a reestruturação das carreiras ligadas à FUNAI. Entretanto, o governo também avançou negociações salariais e de carreira com algumas carreiras posicionadas no topo dos vencimentos desiguais do executivo federal, tais como a PF e a PRF. Ao mesmo tempo apresentou proposta de reajuste 0% aos demais servidores. E isso aprofundará a desigualdade dentro do executivo federal.

Consideramos inadmissível o tratamento desigual. E tememos que volte a ocorrer o privilegiamento de algumas carreiras já bem posicionadas, aprofundando a desigualdade dentro do funcionalismo federal. Por isso, reivindicamos a continuidade imediata da mesa setorial com as entidades das carreiras agrárias, no âmbito do Ministério de Gestão e Inovação. Pedimos que o governo dê uma devolutiva quanto as propostas das Carreiras de INCRA, MDA e SPU apresentadas no final de outubro de 2023 (a quase 100 dias atrás). Ainda assim, em que pese, as injustiças remuneratórias, estando essas entre as de menor remuneração no serviço público federal, não percebemos avanços na pauta política para a finalização das reestruturações das mesmas. E, nessa perspectiva, o coletivo de entidades para a reestruturação das carreiras do INCRA, MDA e SPU, tem se movimentado para sensibilizar as forças políticas, demonstrando a urgência da incorporação dessa agenda pelo núcleo central de governo.

Sabemos que, o atual governo tem compromisso central com a área social, a questão ambiental, à políticas voltadas aos povos originários, à inclusão de minorias e a retomada da Reforma Agrária. A

Questão Agrária não é tema menor. A terra, em um país de latifundiários, carece de democratização do acesso. Mas, para tanto é preciso fortalecer as instituições que a executam. O INCRA, o MDA e a SPU, tratam das questões patrimoniais ligadas à terra no País. Fortalecer essas instituições significa também, dar musculatura aos órgãos de Estado que atuam diretamente na questão. E, a reestruturação de carreiras, pautada pela revisão de suas naturezas institucionais, bem como do ajustamento, valorização e justiça das escalas remuneratórias trará por parte dos servidores, compromissos, motivações e trabalhos, uma vez que, desde 2016, não há, por parte de governo federal, um olhar específico e cuidadoso: apenas promessas vazias e decepções.

No discurso de posse, no parlatório do Palácio do Planalto em 1º de janeiro de 2023, o presidente Lula prometeu trabalhar dia e noite para combater todos os tipos de desigualdade, inclusive entre as carreiras do Estado. Acreditamos que esse compromisso deve se impor sobre a agenda do Governo Federal.

Isso posto, tendo em vista os compromissos políticos e históricos da Senhora Ministra, nas políticas voltadas às mulheres, e para além, entre elas, a Reforma Agrária, solicitamos o apoio e a gestão juntos aos pares e ao centro de governo, para que a reestruturação das carreiras INCRA, MDA e SPU, passe a ser pautada de forma iminente e ser torne agenda prioritária para urgente efetivação por parte do governo, constituindo-se em instrumento de proposição legal e orçamentário, nos termos das propostas recepcionadas pelo MGI.

Atenciosamente,

Argemiro Hernandes Alves
Delegado Sindical CNASI-AN

Jurandir Vieira Gois
Delegado Sindical SindPFA

Adilson Nascimento dos Santos
Diretor da CONDSEF

Marcela Malvão Iorio
Servidora do INCRA-MS, Sindicalizada
SINTSEP-MS

Silvia Regina Zacharias
Servidora do INCRA-MS, Sindicalizada
SINTSEP-MS

Claudia Pereira Gonçalves
Servidora do Incra - Sindicalizada